



Evento: XXIX Seminário de Iniciação Científica

CONTROLE SOCIAL E PROCESSOS DE DISCUSSÃO: UMA ANÁLISE DOS COMITÊS DE CRISE DA COVID-19 NOS MUNICÍPIOS DO COREDE NOROESTE COLONIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL¹

**SOCIAL CONTROL AND DISCUSSION PROCESSES: AN ANALYSIS OF COVID-19 CRISIS
COMMITTEES IN THE MUNICIPALITIES OF COREDE NOROESTE COLONIAL OF THE STATE
OF RIO GRANDE DO SUL**

**Luciano De Andrade Veiga², Sérgio Luís Allebrandt³, Aline Benso⁴, Taciana Angélica
Moraes Ribas⁵, Raíssa Castro Schorn⁶, Elidieli Sandri Noro⁷**

¹ Pesquisa desenvolvida pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania (GPDeC) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/Unijui), com aporte financeiro da Capes, Fapergs e CNPq.

² Bolsista Pibic/CNPq. Graduando em Publicidade e Propaganda. luciano.veiga@sou.unijui.edu.br.

³ Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq; Professor Titular e Coordenador do PPGDR/Unijui; Líder do Grupo GPDeC. allebr@unijui.edu.br.

⁴ Bolsista Prosuc/Capes. Doutoranda em Desenvolvimento Regional no PPGDR/Unijui - Turma 2020. Graduada em Comunicação Social – Relações Públicas pela Unijui. E-mail: aline.benso@sou.unijui.edu.br.

⁵ Bolsista Prosuc/Capes. Doutoranda em Desenvolvimento Regional no PPGDR/Unijui - Turma 2018.. Graduada em Gestão Pública pela Unijui. taciana.ribas@sou.unijui.edu.br.

⁶ Bolsista Prosuc/Capes. Mestranda em Desenvolvimento Regional no PPGDR/Unijui - Turma 2020. Graduada em Design de Interiores pela Univali/SC. raissa.schorn@sou.unijui.edu.br.

⁷ Bolsista Pibic/CNPq. Graduanda em Nutrição. elidieli.noro@sou.unijui.edu.br.

RESUMO

A pesquisa objetivou analisar dinâmicas de controle social durante a pandemia, no Corede Noroeste Colonial (Corede-Norc), focando nos processos de discussão dos comitês de enfrentamento a Covid-19. Este Resumo Expandido aborda resultados parciais de estudos realizados pelo GPDeC, no âmbito do PPGDR/Unijui. Como referencial teórico, utilizou-se o conceito de controle social, temática que tem sido muito discutida no âmbito acadêmico, com o propósito de destacar a importância da participação da sociedade nos processos de discussão de políticas públicas. Os referenciais metodológicos contemplam a teoria crítica, alicerçados na hermenêutica de profundidade, de natureza interpretativa e explicativa e abordagem qualitativa, com realização de entrevistas com base em roteiro/questionário semiestruturado a membros dos comitês dos municípios do Corede-Norc para a coleta de dados. Observou-se que os comitês buscam de forma geral, divulgar à sociedade os dados concernentes ao quadro de disseminação do vírus e de vacinação. No entanto, nos processos de discussão sobre as ações de enfrentamento ao Covid-19, apurou-se pouca participação de atores sociais, uma vez que os membros dos comitês são na maioria, pessoas envolvidas na administração pública, principalmente da área da saúde.

Palavras-chave: Controle Social. Coredes. Participação. Comitês. Covid -19.

INTRODUÇÃO

Um dos conceitos que mais têm fomentado discussões e pesquisas nos últimos tempos se refere, direta ou indiretamente, às noções de gestão social, um modelo de administração que tem como preceito básico a inserção de atores mais plurais no âmbito da



gerência de políticas públicas. De forma sintética, pode-se conceituar a gestão social como um “processo gerencial dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação” (ALLEBRANDT; CANÇADO; MUELLER, 2018, p. 16), no caso a administração pública (governos municipal, estadual ou federal) com a sociedade civil.

Em confluência com as noções de gestão social, deparamo-nos com o conceito de controle social, que se apropriou de elementos desta teoria e serve de complemento para a compreensão mais acurada do próprio processo de gestão. Controle social é “uma forma de compartilhamento de poder de decisão entre Estado e sociedade sobre as políticas; um instrumento e uma expressão da democracia e da cidadania” (ALLEBRANDT; CANÇADO; MUELLER, 2018, p. 21). A inclusão da sociedade nas tomadas de decisão governamental pode ser apontada como fruto direto das novas dinâmicas que foram inseridas na sociedade brasileira nos fins da década de 1980, época que marca o fim do Regime Militar e a construção de uma Carta Magna que viabilizasse uma democracia mais estável e duradoura (ALLEBRANDT; KOHLER, 2018). No que se refere à participação social, pode-se apontar que sua principal meta dentro de um sistema democrático é estabelecer “pluralismo, por meio de um conceito de sociedade liderado pelo interesse nacional e pela criação de instituições políticas democráticas e processos baseados no controle social e na igualdade política” (EVANS, 2013, p. 22).

Com isto, para o delineamento desta discussão, este trabalho apresenta, além desta introdução, a metodologia, seguida dos resultados e discussões, complementando com as considerações finais e referências bibliográficas.

METODOLOGIA

Os aspectos metodológicos deste estudo estão ancorados na teoria crítica, que visa evidenciar a função da ciência na transformação da sociedade, investigando a realidade de grupos e instituições, correlacionando seus hábitos socioculturais e políticos (ALLEBRANDT, 2010). Está fundamentado na hermenêutica de profundidade (HP) de Thompson (2011), o qual propõe uma ruptura metodológica com a hermenêutica da vida cotidiana (doxa), respaldando-se nas manifestações sociais e históricas. A coleta dos dados foi realizada por meio de entrevistas, com utilização de roteiro/questionário semiestruturado, a representantes dos comitês de enfrentamento à Covid-19, norteados por uma matriz de categorias e critérios de análise. Este resumo traz resultados parciais da pesquisa, destacando



a categoria que versa sobre os Processos de Discussões, a fim de analisar a forma como as informações obtidas chegam até os membros do comitê e para a sociedade. De modo a preservar a identidade dos entrevistados, foram criados códigos, que são utilizados nos resultados e discussões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como parte da construção do teor científico deste trabalho, foram entrevistados os responsáveis pelos comitês de enfrentamento ao Covid-19 no Corede-Norc. Ao todo, conseguiu-se averiguar 7 dos 11 municípios integrantes da região. E para organizar as análises pertinentes aos objetivos deste estudo, será abordada a categoria dos Processos de Discussão (Quadro 1).

Quadro 1. Matriz de Categoria Processo de Discussão: critérios de análise e questões norteadoras

Categories	Crítérios de Análises	Questões norteadoras das entrevistas
Processo de Discussão	Canais de Difusão	Qual a periodicidade das reuniões do comitê? Como os membros são convidados/convocados para as mesmas? Os resultados e encaminhamentos das reuniões são divulgados para a população? De que forma?
	Qualidade da Informação	As informações apresentadas à comunidade, acerca das decisões do comitê, são claras, objetivas e de fácil interpretação? Estão sendo realizadas campanhas educativas/informativas (marketing de causas sociais) em relação ao comportamento pessoal/individual, em espaços coletivos, diante do cenário da pandemia? Os temas relevantes para discussão têm ligação com as demandas da população? Ou provém das instituições representadas?
	Pluralidade do Grupo promotor: compartilhamento da liderança a fim de reunir diferentes potenciais atores	O Comitê permite que todos os membros, representantes das instituições, se posicionem?
	Órgãos existentes: uso de órgãos e estruturas já existentes, evitando a duplicação das estruturas	O Comitê utiliza alguma estrutura para o seu funcionamento? Ou utiliza de espaços já existentes para que os membros se reúnam?

Fonte: elaborado pelos autores

Processos de discussão é uma categoria de análise norteadora por critérios que buscam compreender os canais de difusão, qualidade da informação, pluralidade do grupo promotor e órgãos existentes (RIBAS; ALLEBRANDT; KRÜGER, 2018). Dentre esses critérios, os escolhidos foram os canais de difusão, referentes aos meios que se usam para divulgar as



informações, e a pluralidade do grupo promotor, que tem como pressuposto observar a diversidade de opiniões dos sujeitos envolvidos nos processos de participação.

No que se refere aos aspectos publicitários da informação, constatou-se que um canal de difusão comum a todos os municípios são as redes sociais nas quais informações são divulgadas por páginas próprias de órgãos que fazem parte do comitê, como a Secretaria de Saúde, ou por páginas da própria prefeitura; outros meios também são utilizados, tais como rádio, jornal, distribuição de encartes, panfletos e até carros de som, a exemplo do município M-08, que faz uso do meio para passar informações às comunidades dentro do município de forma abrangente. No entanto, no processo de divulgação das orientações e decisões dos comitês, nem todos os municípios conseguiram torná-las abertas ao público, como no caso do município M-02. Segundo exposição do entrevistado/E-02, o município não fez uma hábil divulgação das informações num primeiro momento, pois tudo “o que era divulgado de fato eram as decisões já definidas e efetivamente as medidas de contenção do vírus”, o que demonstra que a sociedade não teve efetiva participação nas decisões já que elas não eram de seu conhecimento.

Nesse contexto, no que diz respeito a pluralidade do grupo promotor (a fim de verificar se a sociedade civil teve alguma participação nas decisões), observou-se que os municípios M-02 e M-05 admitiram que a sociedade tem pouca influência dentro dos comitês, pois as demandas que culminaram nas decisões foram provenientes diretamente das instituições interessadas, sem representação popular propriamente dita. No município M-02 apenas as instituições e órgãos integrantes têm poder de decisão tais como prefeitura, servidores públicos e setores estratégicos como a Brigada Militar, enquanto no município M-05 há uma forte influência dos setores da metalurgia e da agroindústria. No restante dos municípios, as demandas da sociedade foram levadas em consideração. Além disso, um detalhe que pode nos dar uma ideia mais clara quanto à participação da sociedade nas decisões, está na possibilidade da comunidade participar das reuniões dos comitês. Dentre os 7 municípios averiguados, apenas dois, o M-05 e o M-11 mantém a disposição em abrir suas portas ao público; o restante mantém as portas fechadas e as reuniões concentradas apenas para os membros selecionados. Nesse aspecto, pode-se averiguar que apesar da maioria das decisões levarem em conta as demandas da população, há pouca participação ativa da sociedade nas decisões, tornando-a um ator alheio aos processos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se durante a análise, que a inserção da sociedade dentro dos processos de discussões acerca da condução das normas e decretos sobre o controle do Covid-19, fez-se de forma pouco eficaz. A sociedade não foi um ator ativo nas decisões, apesar de, sim, suas demandas terem sido levadas em consideração pela maioria dos municípios – até porque os interesses econômicos de certos representantes instigaram esse fato. Uma parte dessa situação pode ser atribuída à divulgação precária quanto aos horários das reuniões do comitê, sobretudo nas cidades que permitem a participação popular (M-05, M-11), o que acarreta baixa adesão. No mais, falta mobilidade e interesse do poder público em promover aberturas para a participação social, que seria de extrema importância tanto para estimular maior adesão às medidas sanitárias por grande parte da população – uma problemática constante –, quanto para desenvolver o controle social a fim de garantir a democracia em sua plena acepção.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Capes, Fapergs, CNPq e Unijuí, pelo aporte financeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEBRANDT, S. L. **Cidadania e gestão do processo de desenvolvimento**: um estudo sobre a atuação dos conselhos regionais e municipais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, de 1990 a 2009. Santa Cruz do Sul. 2010. 312f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) -Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

ALLEBRANDT, S. L.; CANÇADO, A. C.; MUELLER, A. A. Gestão e Controle Social: Uma Relação entre Sociedade e Estado. In: CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G. (Orgs). **Controle Social de Territórios**: Controle e práticas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2018, v. 4. p. 11-28.

ALLEBRANDT, S. L.; KOHLER, R. A Dinâmica de Participação Social e Promoção do Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul: Coredes e Comudes. In ALLEBRANDT, S. L.; TENÓRIO, F. G. (Orgs). **Controle Social de Territórios**: Teoria e prática. Ijuí: Ed. Unijuí, 2018, v. 2. p. 45- 70.

EVANS, M. Participação social: lições aprendidas da Europa. In: ANTERO, S. A.; SALGADO, V. A. B. (Orgs). **Participação Social**: Textos para discussão. Brasília: Ed. IABS, 2013. p. 11-115.

RIBAS, T. A. M.; ALLEBRANDT, S. L.; KRÜGER, R. F. Controle Social do Desenvolvimento Regional no Âmbito do Corede Missões. In: ALLEBRANDT, S. L.; TENÓRIO, F. G. (Orgs). **Controle Social de Territórios**: Teoria e prática. Ijuí: Ed. Unijuí, 2018, v. 2. p. 71–102.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.